

NORMALIZAÇÃO NO ÂMBITO DA DEFESA

PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS À BTID NACIONAL



**RECURSOS
DA DEFESA**

Direção-Geral de Recursos
da Defesa Nacional



PLATAFORMA
DAS INDÚSTRIAS
DE DEFESA
NACIONAIS



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**
DEFESA NACIONAL

COM A COLABORAÇÃO:



GNS
Gabinete Nacional
de Segurança
PORTUGAL



Instituto Português
da Qualidade

JUNHO 2020

A informação que consta neste documento foi desenvolvida pela Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional e pela idD - Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais, em colaboração com o Instituto Português da Qualidade e pelo Gabinete Nacional de Segurança.

O presente documento trata-se de um estudo dinâmico sujeito a um processo de melhoria continua e de atualização sempre que cada uma das partes envolvidas considere pertinente.

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO	2
II. NORMALIZAÇÃO NO CONTEXTO INTERNACIONAL DA DEFESA.....	3
II. a) Normalização na NATO - <i>North Atlantic Treaty Organization</i>	3
II. b) Normalização na EDA - <i>European Defence Agency</i>	5
III. NORMALIZAÇÃO NA DEFESA NACIONAL	7
IV. PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS À BTID - BASE TECNOLÓGICA E INDUSTRIAL DE DEFESA	9
IV. a) Procedimentos aplicáveis à BTID nacional	9
IV. b) Lista STANAG - <i>NATO Standardization Document Database</i> (NSDD)	9
IV. c) Plataforma EDSTAR - <i>European Defence Standards Reference System</i> : Normas e boas práticas para apoio à Indústria.....	9

GLOSSÁRIO

AAP	- Allied Administrative Publication	IEC	- International Electrotechnical Commission
AFNOR	- Association Française de Normalisation	ISO	- International Standards Organization
ANS	- Autoridade Nacional de Segurança	LC	- Logistics Committee
AP	- Allied Publication	MCASB	- Military Committee Air Standardization Board
AQAP	- Allied Quality Assurance Publications	MCJSB	- Military Committee Joint Standardization Board
BTID	- Base Tecnológica e Industrial de Defesa	MCLSB	- Military Committee Land Standardization Board
CE	- Coordenador Específico	MCMSB	- Military Committee Maritime Standardization Board
CEN	- Comité Européen de Normalisation	MCMedSB	- Military Committee Medical Standardization Board
CENELEC	- European Committee for Electrotechnical Standardization	NAC	- North Atlantic Council
CG	- Coordenador Geral	NATO	- North Atlantic Treaty Organization
CS	- Committee for Standardization	NCS	- NATO Committee for Standardization
DEFSTAN	- UK Defence Standards	NCSREPs	- NATO Committee for Standardization Representatives
DGRDN	- Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional	Non-NATO STD	- Non-NATO Standard
DIN	- Deutsches Institut für Normung	NP	- Norma Portuguesa
DNC	- Divisão de Normalização e Catalogação	NSDD	- NATO Standardization Document Database
DSQA	- Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente	NSO	- NATO Standardization Office
DTA	- Delegated Tasking Authority	NSSG	- NATO Standardization Staff Group
EDA	- European Defence Agency	OTAN	- Organização do Tratado do Atlântico Norte
EDSIS	- European Defence Standardization Information System	PRONOR	- Procedimentos de Normalização
EDSTAR	- European Defence Standards Reference System	RC	- Registo Central
EN	- European Norm	RRN	- Referência de Ratificação Nacional
EPR	- Entidades Primariamente Responsáveis	SITANOR	- Situação dos Acordos de Normalização
ERE	- Entidades Responsáveis pelo Estudo	STANAG	- Standardization Agreement
GNS	- Gabinete Nacional de Segurança.	STANREC	- Standardization Recommendation
idD	- Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais	TA	- Tasking Authority
IPQ	- Instituto Português da Qualidade		

I. INTRODUÇÃO

Portugal adotou o conceito da OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte (*North Atlantic Treaty Organization - NATO*), como referência para a Normalização na Defesa, motivo pelo qual não possui, ao nível militar, o seu conceito de Normalização. Atualmente na Defesa Nacional o processo nacional de ratificação de Acordos de Normalização (*Standardization Agreement - STANAG*), no seio da NATO, baseia-se numa compilação de documentos (**PRO**cedimentos de **NOR**malização – **PRONOR**) redigidos e compilados em 1999, tendo sido atualizado através de Instruções Técnicas de Normalização.

O Instituto Português da Qualidade (IPQ), ao nível civil, é o Organismo Nacional de Normalização, representante em Portugal dos organismos de normalização europeia e internacional (CEN/CENELEC, ISO/IEC) e promove a elaboração, homologação e edição das Normas Portuguesas (NP), bem como a adoção das Normas Europeias.

As normas contribuem para uma boa parte das atividades diárias das nossas vidas, usada em processos de legislação, de acreditação, de certificação, de metrologia, de informação técnica e de relações comerciais entre Cliente e Fornecedor, sendo documentos de aplicação voluntária, não apresentando obrigação legal ou formal para os utilizadores. O conceito de normalização está vertido na Norma Portuguesa, NP EN 45020: 2009 “A **Normalização** é a atividade destinada a estabelecer, face a problemas reais ou potenciais, disposições para a utilização comum e repetida, tendo em vista a obtenção de um grau ótimo de ordem, num determinado contexto. Consiste de um modo particular, na formulação, edição e implementação de **Normas**”. As normas existem para estabelecer requisitos e características para um produto, processo ou serviço. São estabelecidas por consenso e aprovadas e editadas por um organismo de normalização reconhecido, visando a otimização de benefícios para as empresas e para a comunidade.

Níveis das Normas Técnicas:

- a) Internacional (ISO);
- b) Regional (e.g. STANAG, EN e outros);
- c) Nacional (e.g. DIN, DEFSTAN, AFNOR, NP e outros);
- d) Empresarial (uso em empresas, geralmente criadas no âmbito da qualidade).

A Normalização na Defesa encerra, em si mesma, duas componentes interativas:

- a) A militar, que visa aumentar a eficácia operacional conjunta e combinada das Forças Armadas;
- b) A económica (incluindo a industrial), que pretende otimizar a utilização dos recursos de Defesa disponíveis, e a eliminação de duplicações, no que concerne a investigação, desenvolvimento, produção, programação e apoio a sistemas de defesa e equipamento.

Se a utilização, no âmbito civil, de normas técnicas é preponderante e relevante para a competitividade das empresas, nas Forças Armadas essa relevância transmite-se, acima de tudo, na interoperabilidade e na otimização de recursos de Defesa disponíveis e eliminar duplicações.

II. NORMALIZAÇÃO NO CONTEXTO INTERNACIONAL DA DEFESA

II. a) Normalização na NATO - *North Atlantic Treaty Organization*

A Normalização é um vasto processo que pode ser aplicável a qualquer atividade no âmbito da NATO.

Na NATO a Normalização define-se como o desenvolvimento e implementação de doutrinas, conceitos, procedimentos e semelhança de materiais e equipamentos, para alcançar e manter a compatibilidade, a intermutabilidade ou semelhança necessárias para atingir o nível de interoperabilidade pretendido ou ainda para otimizar o uso dos recursos nos domínios das operações, do material e da administração.

Portugal ratificou e implementou o STANAG 3680 - AAP-06—*NATO Glossary of Terms and Definitions*.

A NATO reconhece, como norma, os conceitos ISO/IEC e define-a como um documento estabelecido por consenso e aprovado por uma entidade reconhecida, que garanta uniformização, o uso repetido, regras, linhas orientadoras ou características para determinada atividade. Considera ainda como norma, a determinação de resultados a atingir com o objetivo de alcançar, dentro de um determinado contexto, o nível máximo.

A Aliança usa, quando possível as normas civis, se adequadas, a menos que existam razões imperiosas que o impossibilitem. Quando não está disponível qualquer norma civil aplicável é desenvolvida ou complementada uma norma da NATO (Ex. ISO 9001 que é complementada pelos AQAP (*Allied Quality Assurance Publications*)).

Os STANAG relacionados com os requisitos de interoperabilidade terão a prioridade atribuída pelos objetivos e pela relevância dos comités. Os países da NATO envidarão todos os esforços para implementá-los de acordo com o cronograma de cada força e as prioridades nacionais.

A NATO produz documentos de normalização nos seguintes campos:

- a. **Operacional:** Estes afetam as práticas de teor militar e podem aplicar-se a doutrinas, táticas, técnicas, procedimentos, formação, elaboração de relatórios, mapas e gráficos.
Nota: No campo operacional de normalização, existem seis plataformas de domínio operacional: a comum (MCJSB), a marítima (MCMSB), a terrestre (MCLSB), a aérea (MCASB), a médica (MCMedSB) e a logística (LC);
- b. **Material:** São documentos que especificam os requisitos técnicos comuns de material durante o seu ciclo de vida. O Material pode abranger sistemas completos, incluindo consultoria, comando e sistemas de controlo, sistemas de armas e subsistemas, interfaces, montagens, componentes, peças de reposição e consumíveis, incluindo munições, combustível e provimentos;
- c. **Administrativo:** Facilitam a administração da Aliança em diferentes áreas, incluindo, mas não limitando, a terminologia, finanças, recursos humanos e postos militares.

Instrumentos de Normalização na NATO:

- a. **O STANAG (*Standardization Agreement*)**: é um documento que especifica o acordo entre os Países-Membros para aplicar uma norma, no todo ou em parte, com ou sem reserva, a fim de satisfazer uma exigência de interoperabilidade;
- b. **O STANREC (*Standardization Recommendation*)**: é um documento que recomenda a aplicação de uma norma útil para a Aliança, mas sem a finalidade de satisfazer uma exigência de interoperabilidade.

Órgãos responsáveis pela Normalização NATO:

O Conselho do Atlântico Norte (*North Atlantic Council* - NAC) engloba o Comité de Normalização (NATO *Committee for Standardization* - NCS), os Representantes Nacionais no Comité de Normalização (NCS *Representatives* - NCSREPs), o [Organismo de Normalização NATO](#) (NATO *Standardization Office* - NSO) e o Grupo Executivo da NATO para a Normalização (NATO *Standardization Staff Group* - NSSG).

O NSO é responsável por iniciar, coordenar, apoiar e administrar as atividades de normalização da NATO, que são conduzidas debaixo da autoridade do Comité para a normalização (*Committee for Standardization* - CS) para:

- a. Os Países-Membros através de seus canais oficiais (delegações nacionais e representações militares);
- b. As Nações parceiras através dos seus canais oficiais e de acordo com o acesso estabelecido através da TA/DTA – *Tasking Authority* (TA) / *Delegated Tasking Authority* (DTA);
- c. Órgãos da NATO.

A documentação de suporte aos processos NATO encontra-se regulamentada no NATO - AAP-03 ([Allied Administrative Publication 3](#)), *Directive for the Production, Maintenance, and Management of NATO Standardization Documents*, atualmente Edição K, versão 1, AAP-03 (K). É neste documento que os Países-Membros assentam os seus processos internos de Normalização na Defesa e que têm as seguintes denominações:

- a. **Acordo de Normalização (STANAG)**: Tal como referido acima, é um documento independente, distinto de uma norma, que abrange um ou vários assuntos relacionados, NATO e/ou Não - NATO STD; (*non-NATO standards*);
- b. **Recomendação de Normalização (STANREC)**: É um documento de normalização da NATO que lista os padrões desenvolvidos ou selecionados por especialistas da NATO pela sua utilidade para a Aliança. Um STANREC é um documento de carácter não vinculativo;

- c. **Norma conjunta:** É considerado norma conjunta o documento emitido que se relaciona com requisitos de interoperabilidade. Cada STANAG elaborado implica a criação de uma norma, no entanto, um STANAG pode abranger mais do que uma norma conjunta;
- d. **Norma Não-NATO:** documento desenvolvido fora da NATO, inclui normas civis e normas de defesa nacionais ou transnacionais. As normas civis adequadas (dupla utilização) têm preferência sobre as normas de defesa da NATO;
- e. **Publicação Aliada (*Allied Publication* - AP):** é um documento NATO de normalização que alguns ou a totalidade dos Países-Membros da Aliança concordam em usar como documento comum e que é distribuído ao nível do utilizador.

II. b) Normalização na EDA - *European Defence Agency*

A Agência Europeia de Defesa (EDA) tem por princípio evitar a duplicação de recursos e de conceitos, aceitando como noção de Normalização a utilizada pela NATO. No entanto, atualmente, a sua preocupação centra-se, sobretudo, na normalização ao nível do material.

O documento “[EDA DEFENCE STANDARDIZATION POLICY, MAY 2012](#)” assume a normalização como um processo mais lato.

A EDA dedica uma área específica para Indústria e Normalização, onde foi desenvolvida, pelos Estados-Membros, uma plataforma - *European Defence Standards Reference System* (EDSTAR) para apoio específico às Indústrias de Defesa: www.edstar.eda.europa.eu.



O EDSTAR, estabelecido pela EDA em 2011, dedica-se a organizações governamentais e indústria de defesa para a aquisição de material de defesa (incluindo desenvolvimento e produção). O EDSTAR fornece recomendações e orientações sobre a seleção e o uso de Normas e especificações "semelhantes a padrões" para otimizar a eficácia, eficiência e interoperabilidade de suas aplicações.

O EDSTAR é um meio para consolidar o mercado de material de defesa na Europa. Nesta plataforma também estão inseridos os STANAG, os quais constituem atualmente 11% das normas totais.

Existe ainda o *European Defence Standardization Information System* (EDSIS): www.edsis.eda.europa.eu.

O EDSIS é o portal para todos os serviços de normalização de materiais da Defesa Europeia, e permite que os Estados-Membros e as Indústrias de Defesa anunciem os padrões dos materiais com aplicação na Defesa que devem ser desenvolvidos ou sofrer alterações, permitindo a inserção e anúncio de projetos, proporcionando que os padrões desenvolvidos, sejam reconhecidos e usados por várias entidades a nível europeu.



III. NORMALIZAÇÃO NA DEFESA NACIONAL

Atualmente na Defesa Nacional o processo nacional de ratificação dos STANAG, no seio da NATO, baseia-se numa compilação de documentos (**PRO**cedimentos de **NOR**malização – **PRONOR**) redigidos e compilados em 1999, com atualizações através de Instruções Técnicas de Normalização:

- **Instrução Técnica N.º 01 (2015):** Procedimentos de Ratificação e Implementação dos STANAG;
- **Instrução Técnica N.º 02 (2017):** Estrutura de Normalização da Defesa;
- **Instrução Técnica N.º 03 (2020):** SITuação dos Acordos de NORmalização (SITANOR).

Têm intervenção no processo de ratificação de documentos NATO o Coordenador Geral (CG) e o seu Gabinete de Apoio, os 2 Coordenadores Específicos (CE), as 10 Entidades Primariamente Responsáveis (EPR) e as Entidades Responsáveis pelos Estudos (ERE), as necessárias para garantir os estudos.

Na Normalização a **Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN)** tem como principal missão, **coordenar e gerir o sistema de normalização de Defesa Nacional**, fomentar a normalização dos sistemas, equipamentos, produtos e infraestruturas de interesse para as Forças Armadas nos domínios técnico, administrativo, logístico e operacional, perseguindo objetivos de interoperabilidade.

Pela sua missão, concorre para, ao nível NATO, a elaboração de processos de **Ratificação e Implementação de STANAG**, e no plano interno ao **apoio à Indústria para a Área de Normalização**. Esta forma de apoio tem duas vertentes completamente distintas, podendo ser:

- a) **Na fase de aquisição de bens e serviços:** presta todo o suporte necessário aos diferentes organismos da Defesa, com a finalidade de obtenção da interoperabilidade;
- b) **Na fase de venda ou prestação de bens e serviços:** independentemente do processo, ajuste direto, consulta, concursos nacionais ou internacionais, ou outro, contribui com o auxílio às empresas no fornecimento de informação e orientação, concorrendo desta forma para o fomento da normalização dos sistemas, equipamentos, produtos e infraestruturas de interesse para as Forças Armadas.

O **Conselho de Normalização** é um órgão específico de consulta e orientação geral para os assuntos relativos às atividades de Normalização da Defesa Nacional.

O **Registo Central do Gabinete Nacional de Segurança** é responsável, no âmbito das suas competências, pela gestão do ciclo de vida da informação classificada e pela distribuição dos documentos NATO de Normalização, conforme normativo emitido pela Autoridade Nacional de Segurança.

O **Despacho de Ratificação e Implementação**, elaborado pela Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente (DSQA) da DGRDN, Coordenador Geral dos documentos NATO, depois de assinado e devidamente referenciado - Referência de Ratificação Nacional (RRN), segue dois caminhos distintos:

- a) Envia-se o despacho para publicação em Diário da República, entrando em vigor no dia seguinte à sua publicação;
- b) Elabora-se o documento de resposta de ratificação e envia-se, através de plataforma digital, ao NSO.

Entre a receção do documento que contem o pedido de ratificação e a resposta nacional, decorre normalmente, existindo exceções, um período de 4 meses para um STANAG já existente e 6 meses para uma nova versão.

IV. PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS À BTID - BASE TECNOLÓGICA E INDUSTRIAL DE DEFESA

IV. a) Procedimentos aplicáveis à BTID nacional

As entidades da BTID nacional que pretendam garantir o acesso aos acordos de Normalização no âmbito da Defesa Nacional deverão, na maioria dos casos, deter Credenciação de Pessoas Coletivas em Marca e Grau atestada pela Autoridade Nacional de Segurança (ANS).

A ANS dirige o Gabinete Nacional de Segurança (GNS) e é a entidade que exerce, em exclusivo, a proteção e a salvaguarda da informação classificada.

A Credenciação de Pessoas Coletivas em Marca e Grau é o processo de verificação e o ato de declaração formal pela ANS atestando ou certificando a idoneidade e a confiabilidade de uma empresa para aceder, manusear, deter e guardar informação classificada, com interesse para o exercício da sua atividade.

Para mais informações consulte o **Manual Sobre a Credenciação de Segurança**: [consulte aqui](#).

IV. b) Lista STANAG - *NATO Standardization Document Database* (NSDD)

No portal oficial do *NATO Standardization Office* (NSO) pode ser consultada a *NATO Standardization Document Database* (NSDD) que disponibiliza uma lista atualizada de STANAG (promulgados), com classificação de segurança apropriada: www.nso.nato.int/nso/nsdd/listpromulg.html.

IV. c) Plataforma EDSTAR - *European Defence Standards Reference System*: Normas e boas práticas para apoio à Indústria

No portal da *European Defence Standards Reference System* (EDSTAR) pode ser consultada todas as Normas com enquadramento no domínio da Defesa, incluindo os STANAG (NATO): www.edstar.eda.europa.eu/Standards.

PONTOS DE CONTACTO:

Para dúvidas ou esclarecimentos adicionais relativos a este documento deverá entrar em contacto com a idD e a DGRDN-DNC através dos seguintes pontos de contacto:

- idD - Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais:
Eng.º Ricardo Santos Lopes | Diretor Desenvolvimento da BTID & Business Intelligence
ricardo.lopes@iddportugal.pt - 215 885 020
- DGRDN – Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional:
Divisão de Normalização e Catalogação | Serviço de Normalização
dgrdn.normalizacao@defesa.pt - 213 027 393



Direção-Geral de Recursos
da Defesa Nacional



REPÚBLICA
PORTUGUESA

DEFESA NACIONAL